

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA NOVA PROPOSTA DE ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL

Giovani Luiz Behnke Grando¹

Léo Peruzzo Júnior²

RESUMO

O estudo teoriza a necessidade de desenvolver uma nova cultura organizacional, com alicerces na sustentabilidade e na responsabilidade social para estruturar as bases do desenvolvimento econômico sustentável. A ecofilosofia empresarial compreende um conjunto de práticas, estruturadas por meio de questionário próprio, necessárias para que as organizações alcancem um nível adequado de sustentabilidade e responsabilidade social em suas atividades. Para validar a tese, esta pesquisa apresenta os resultados de índices de sustentabilidade e responsabilidade social em empresas de Curitiba e Região Metropolitana.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Responsabilidade Social. Ecofilosofia Empresarial.

¹ Aluno do 3º ano de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica da Fundação Araucária. *E-mail:* giovani_grando@msn.com.

² Doutorando em Ética e Filosofia Política (USFC). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail:* leo.junior@fae.edu.

INTRODUÇÃO

O homem transforma o meio para sua subsistência, desde que surgiu (DIAS, 2009). Nos últimos 25 anos, a economia mundial quadruplicou de tamanho; entretanto, 60% dos produtos e serviços ambientais essenciais à vida são utilizados insustentavelmente à manutenção dos ecossistemas (PNUMA, 2011, p. 03).

Com a primeira Revolução Industrial (séc. XVIII), o modo de transformar a matéria-prima mudou completamente: **começou-se a demandar mais recursos naturais para a produção, em uma velocidade inimaginável anteriormente**. A distribuição das riquezas geradas passou a ser feita, então, pelo nível de produção individual, e a maior parte dela ficava com o dono, e remunerador, dos meios de produção.

Há uma geração de riquezas sem precedente nos últimos anos, mas esta, porém, não está sendo distribuída justamente (CARTA CAPITAL, 2012). Isso implica repensar e estabelecer novos sistemas econômicos e produtivos que possam promover uma distribuição mais justa das riquezas.

Com isso, hoje, o crescimento econômico-global parece ser um dos grandes desafios na construção de um desenvolvimento sustentável capaz de valorar adequadamente os recursos, tanto humanos quanto naturais, promovendo a sua perenidade. Aos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, parecem caber vários significados, devido à similaridade com que são abordados e, principalmente, em virtude dos vários meios em que esses conceitos são usados.

O atual quadro preocupa, haja vista que a humanidade está exaurindo a capacidade do planeta de prover os serviços ambientais, e não é apenas o mundo dos negócios que está sentindo essas mudanças. Desastres ambientais causados, principalmente, pela ação antrópica e a escassez de recursos naturais atestam, cada vez mais, a urgência de soluções que a humanidade precisa buscar para o desafio socioambiental. A falta de um modelo preciso de gestão, que concilie todas essas variáveis, só tende a agravar esse quadro, que já é grave, e só piorará se nada for feito (cf. ALMEIDA, 2007).

Paulatinamente, as organizações “em todo mundo, assim como suas partes interessadas, estão se tornando cada vez mais cientes da necessidade e dos benefícios do comportamento socialmente responsável” (ISO 26000, 2009, p. 07). Toda empresa impacta no ambiente natural e é um agente social quando emprega trabalhadores como força de trabalho (DIAS, 2011); ou seja, sendo uma agregadora de recursos humanos e naturais, as companhias devem zelar pelo uso responsável destes, que são os dois mais essenciais ao modelo econômico atual.

Tal análise corrobora a ideia das mudanças necessárias nos modelos de gestão de grandes organizações. A discussão ética acerca de qual é a responsabilidade da empresa vem exigindo a revisão de inúmeros conceitos e princípios que norteiam as estratégias empresariais, pois:

o próprio fato de se considerar que uma organização tem determinadas responsabilidades para com seus interlocutores necessariamente envolve uma elaboração ética e vice-versa: qualquer reflexão sobre ética sempre tem em mente as responsabilidades percebidas como intrínsecas às organizações (ASHLEY, 2005, p. 03).

Isso significa que cada atividade ou função organizacional tem, em seu cerne, uma atribuição e contribuição a agregar no desafio que se constitui a responsabilidade socioambiental hoje. Então, como as empresas podem mitigar o impacto de suas atividades, melhorar a qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas e sua relação com os *stakeholders*, beneficiando a competitividade?

Primordialmente, o estudo objetiva apresentar o que os conceitos de sustentabilidade e responsabilidade social representam, hoje, no mundo dos negócios, de modo que se possa delimitar uma definição para o termo “Ecofilosofia Empresarial”. Para fundamentar a tese, serão apresentados os resultados obtidos da pesquisa feita com empresas de Curitiba e Região Metropolitana acerca do nível de ecofilosofia que essas companhias apresentam em suas atividades organizacionais.

1 O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

1.1 A GENEALOGIA DA SUSTENTABILIDADE COMO PRÁTICA CORPORATIVA

A palavra “sustentabilidade” denota, em seu cerne, um significado apenas. Hoje, todavia, cunha-se um que explicita, especialmente, um conjunto de outros termos relacionados ao ambiente natural. Almeida (2007) atesta que isso se deve ao fato de a problemática ambiental ser uma realidade que afeta todos, pois o meio natural é o grande provedor dos recursos usados na economia contemporânea, e a escassez deles reitera a discussão do desenvolvimento sustentável: zelar pelo uso eficaz dos recursos naturais assimilados no processo produtivo.

Nenhum setor econômico exime-se da sua responsabilidade pelo dano ambiental, pois todos afetam o ambiente, de algum modo. Porém, nota-se que a indústria participa com números mais relevantes: ela emprega, atualmente, 23% da força de trabalho

mundial, consome o equivalente a 35% da energia elétrica, gera 20% das emissões de CO₂, responde por 10% da demanda de água e extrai mais de um quarto dos recursos naturais exploráveis (PNUMA, 2011, p. 24).

Nota-se que a conscientização ambiental está mais evidente nos países desenvolvidos, industrializados – muito em função de legislações mais rígidas. Todavia, tal desenvolvimento veio à custa de um alto dano ambiental em muitas das regiões mais desenvolvidas do globo. Muitas vezes esse impacto negativo se faz irreversível, ou torna-se extremamente dispendioso revertê-lo (DIAS, 2009).

Ao fazer uso de recursos naturais, gera-se uma pressão por sua utilização. Aqui, categoricamente, eles estão classificados em renováveis e não renováveis. Entretanto, deve-se relevar outro fator fundamental para essa análise: o tempo! Segundo Barbieri (2007, p. 09):

A noção de esgotamento ou renovação de recursos envolve a dimensão de tempo, e a perspectiva de tempo dos humanos nem sempre é a mesma daquela que seria necessária para a renovação de um certo recurso. Assim, por recurso renovável se entende aquele que pode ser obtido indefinidamente de uma mesma fonte, enquanto o não renovável possui uma quantidade finita, que em algum momento irá se esgotar se for continuamente explorado.

Nessa explanação, fica clara a diferença entre o recurso renovável e o não renovável, de acordo com o tempo humano. Salieta-se isso porque é aí que reside toda a análise ambiental atual, isto é, na exploração predatória de recursos naturais que não são renováveis no tempo de vida humano e, mais importante ainda, em função do valor que esses recursos assumirão ao passo que suas reservas se esgotam, gerando oscilações nos preços.

Discute-se, atualmente, o uso responsável dos recursos naturais e como usá-los sem provocar um dano ambiental irreversível, como já aconteceu em muitos países. Barbieri (2007) destaca a importância dos acordos multilaterais recentes entre os países, firmados por convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas divisões. Um deles, a Declaração sobre o Ambiente Humano (1972), recomenda 110 princípios que visam orientar os países no desenvolvimento de legislações para a proteção ambiental e garantir a autonomia soberana de cada nação sobre seu território e recursos disponíveis nele, segundo o 21º princípio (BARBIERI, 2007).

No documento “Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: síntese para tomadores de decisão”, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2011) apresenta um quadro que expõem a relação entre desmatamento ambiental e desenvolvimento humano. Nele é possível verificar uma forte inter-relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a degradação do

patrimônio ambiental. Infere-se, por meio do gráfico, que as nações mais desenvolvidas são as que mais destruíram o ambiente. Observa-se que nenhum país está na área ideal do gráfico, com um IDH acima de 0,800 e um nível de pegada ecológica abaixo de 2. São os mais próximos dessa relação “perfeita” os países latino-americanos e caribenhos (cf. PNUMA, 2011).

Werbach (2010) diz que a sustentabilidade deve ser o cerne das futuras estratégias de negócios para as empresas que precisam competir em mercados cada vez mais concorridos e exigentes, envolvendo, assim, todos os que participam da atividade econômica do empreendimento. É essencial que a empresa estabeleça metas para começar a ser sustentável (WERBACH, 2010).

Almeida (2007) reforça a necessidade da participação ativa dos *stakeholders* do negócio, pois são eles que usufruem dos bens e serviços ofertados pelas empresas, portanto, também são os que melhor entendem onde os produtos apresentam falhas que podem ser melhoradas. A chave está em repensar o processo e identificar os recursos agregados nele (cf. DIAS, 2009).

Analisando-se a gestão do risco ambiental para os negócios, é fato que todo empreendimento gera resíduos, como efluentes ou gases. Trata-se de um resultado da ineficiência do processo produtivo (VALLE, 2012). Administrar corretamente esses “resquícios” é essencial para que as empresas promovam uma gestão eficaz de seus riscos ambientais, pois são esses resíduos que causam os danos ambientais mais graves, o que pode ser um agravante, caso a empresa seja penalizada por causar a degradação do meio em suas atividades produtivas.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) está, paulatinamente, transformando a realidade do lixo no país. O grande mérito dela é o uso da responsabilidade compartilhada, envolvendo desde os produtores até os consumidores finais (PEREIRA et al., 2012).

Isso garante a efetividade das ações, pois permite a interação de processos que reintegram partes aproveitáveis, descartadas, de bens e serviços. Por exemplo, recicla-se, hoje no país, 95% de todas as latas de alumínio utilizadas, com 100% de aproveitamento na primeira reciclagem. Além disso, a energia consumida é 5% da equivalente usada na transformação da matéria virgem (PNUMA, 2011). O gráfico abaixo expõe a relação entre o PIB *per capita* de vários países e a quantidade de resíduos sólidos produzidos por seus habitantes.

GRÁFICO 1 – PIB *per capita* X Lixo sólido municipal *per capita*



FONTE: PNUMA (2011, p. 25)

Visualiza-se no GRÁF. 1 uma interessante relação entre poder de consumo e lixo. Vê-se, todavia, países, como o Japão (que apresenta o segundo maior PIB *per capita* da comparação), que não geram uma grande quantidade *per capita* de resíduos sólidos em relação à renda *per capita*. Aferir uma razão clara que expresse todas as variáveis envolvidas nesse processo é árduo, pois depende de inúmeros fatores, tais como: cultura, legislações ambientais, mecanismos de logística reversa, design dos produtos a serem reciclados e materiais usados na fabricação destes.

No Brasil, geram-se aproximadamente 243 mil toneladas de lixo sólido, diariamente. Disso, apenas 24% são enviados a aterros sanitários controlados e, conseqüentemente, são tratados corretamente; enquanto o restante é enviado a (58%) aterros sem controle e (18%) lixões. O sul do país responde por 11% do total de lixo recolhido. Das 243 mil toneladas, 7,2% (17,7 milhões de quilos) são recicláveis, sendo 42% plástico, e 55% do plástico é, efetivamente, reciclado. Em 59% dos municípios brasileiros já há coleta seletiva de lixo (ANÁLISE EDITORIAL, 2012).

O fato é que:

estamos entrando em uma era de recursos escassos na qual a empresa terá, cada vez mais, de considerar seu retorno total não só sobre ativos e patrimônio, mas também sobre recursos naturais. Será preciso monitorar a quantidade de água, solo e outros recursos naturais que consome, bem como o retorno que obtém com eles. A empresa que não equacionar essa questão ficará à mercê de aumento dos preços e volatilidade, regulação e pressões sociais (HAANEAS et al., 2013, p. 81).

Entender o paradigma da sustentabilidade é essencial para que as organizações consigam traçar planos de ação, de acordo com suas necessidades e desafios. Diante disso, é primordial lembrar sempre que sustentabilidade ambiental a longo prazo é pautada no uso mais eficiente dos recursos naturais agregados no processo produtivo.

1.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO FATOR ECONÔMICO

A responsabilidade social denota significados semelhantes, que muitas vezes são aplicados como sinônimos, dificultando o entendimento e o uso eficaz do termo. Há algumas variações, como a responsabilidade social (RS), a empresarial (RSE) e a corporativa (RSC) (DIAS, 2011).

O estudo do termo pode ser feito desde os tempos dos feudos, quando, para abrir um empreendimento, era necessário explicitar os benefícios sociais que ele geraria. Na visão clássica, ele expressa a função social da empresa como sendo, exclusivamente, a econômica, ou seja, uma geradora de dividendos financeiros a acionistas, investidores e proprietários do negócio (ASHLEY, 2005; DIAS, 2011; GOMES; MORETTI, 2007).

A ISO 26000 afirma que a responsabilidade social é “a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente [...]” (ISO 26000 apud AMATO NETO, 2011, p. 08).

A discussão acerca do que é a responsabilidade social, como um todo, é recente e ainda carece de embasamento teórico e comprovação empírica (GOMES; MORETTI, 2007). Isso se dá porque a visão de empresa, como instituição social, estabelece novas expectativas e responsabilidades em relação às anteriores, que só relevavam o caráter financeiro (cf. DIAS, 2011). A partir disso, exige-se mais que uma simples resposta reativa às demandas sociais e ambientais, pois:

O desempenho da organização em relação à sociedade em que opera e seu impacto no meio ambiente se tornou uma parte crucial na avaliação de seu desempenho geral e de sua capacidade de continuar a operar de forma eficaz. Isso, em parte, reflete o

reconhecimento cada vez maior da necessidade de assegurar ecossistemas saudáveis, igualdade social e boa governança organizacional. A longo prazo, todas as atividades das organizações dependem da saúde do capital natural e dos serviços de ecossistema do mundo (ISO 26000, 2009, p. 07).

A citação elucida que muito do desempenho organizacional, hoje, é aferido analisando-se os resultados da empresa em relação a cada parte integrante da atividade econômica. A avaliação de resultado, apenas em relação ao cliente e acionista, deixou de ser o foco principal, pois se precisa mensurar quanto a organização impacta na sociedade como um todo, o que envolve desde a cadeia de fornecedores até o retorno gerado ao acionista na atividade econômica.

Rattner (2012) questiona o que é a “boa ação” da responsabilidade social. A empresa é socialmente responsável quando? Salienta-se isso porque é mais importante distinguir não quando a empresa é socialmente responsável, mas sim para quem e o porquê: para investidores, governo, sociedade civil, fisco... Todos os agentes sociais, interessados nas atividades empresariais, exigem respostas distintas sobre os impactos das ações organizacionais na sociedade (cf. DIAS, 2011).

Portanto, a partir do momento em que uma pressão social surge e, consequentemente, demanda respostas, gera-se uma responsabilidade social para a organização e, mais ainda, de acordo com a relevância do fato gerador em relação à atividade econômica da organização (cf. GOMES; MORETTI, 2007).

Na responsabilidade social empresarial, focam-se as consequências e relações das atividades empresariais com as partes externas interessadas. É importante destacar isso para distinguir a RSE da RSC, porque se trata de abordagens distintas em relação aos *stakeholders* da organização, cada uma delimita com quem a organização interage, porém vinculando-as à responsabilidade social como um todo.

A responsabilidade social corporativa está direcionada para os agentes internos da empresa. Ambas as abordagens têm níveis de engajamento, ou seja, se a empresa age apenas reativamente às demandas sociais ou se ela é mais proativa na busca por soluções. O debate acerca da responsabilidade social parece mais focado no instrumental da ação, desprezando-se quase completamente a discussão mais profunda do que ela é e o porquê disso (GOMES; MORETTI, 2007).

2 ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL: REPENSANDO AS BASES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Por meio das definições e análises sobre sustentabilidade e responsabilidade social, propõe-se uma nova cultura organizacional para as empresas: a **ecofilosofia empresarial**, a qual zelará pelo uso cada vez mais eficiente dos recursos naturais e humanos, garantindo a perenidade dos negócios sem sacrificar o retorno financeiro necessário à manutenção da atividade econômica.

A principal diferença entre a gestão tradicional e a ecofilosofia empresarial é que a segunda prima, acima de tudo, pelo uso cada vez mais eficiente dos recursos naturais, garantindo a integração de todas as partes interessadas no negócio e na atividade econômica. Tudo isso sempre tendo por objetivo o retorno a longo prazo, pois o melhor aproveitamento no uso de recursos produtivos reduz custos e a chance de danos ambientais graves, que causarão perdas financeiras.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo objetiva conceituar a ecofilosofia empresarial, baseando-se nos estudos sobre responsabilidade social e sustentabilidade. Para o referencial teórico, analisaram-se diferentes perspectivas acerca dos temas na literatura especializada. Apresentar-se-ão os resultados do questionário estruturado enviado a empresas de Curitiba e Região Metropolitana. Além disso, o trabalho visa fornecer informações que corroborem a necessidade de institucionalizar, atingir um nível de desenvolvimento sustentável nas organizações. Revela-se, também, que o estudo tem em perspectiva uma abordagem qualitativa.

As empresas pesquisadas foram selecionadas por meio da relação fornecida pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (Aecic) e, para dimensioná-las, foi utilizado o critério da Aecic: até 50 empregados, microempresa (4); entre 51 e 300, pequena (3); de 310 a 500, média (2); e acima de 500, grande (1). A ordem de mensuração vai da maior (1) até a menor (4).

4 QUESTIONÁRIO DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

QUADRO 1 – Questionário de sustentabilidade e responsabilidade social

1.	Governança Corporativa	0	1
	<p>1.1 A empresa possui projetos de Sustentabilidade e Responsabilidade Social?</p> <p>1.2 Há um código de ética da empresa?</p> <p>1.3 Por documentação formal, a empresa divulga aos colaboradores a sua missão e valores?</p>		
2.	Público Interno		
	<p>2.1 Possui plano de cargos e salários divulgado aos colaboradores?</p> <p>2.2 Há incentivos e políticas de capacitação interna na organização?</p> <p>2.3 Possui avaliações periódicas para medir o nível satisfação dos colaboradores?</p>		
3.	Fornecedores		
	<p>3.1 Os fornecedores possuem certificação de suas atividades, como selos de qualidade técnica?</p> <p>3.2 A empresa vistoria, sem aviso prévio, as condições de funcionamento das unidades fornecedoras?</p> <p>3.3 Há uma metodologia formalizada e divulgada para essas avaliações?</p>		
4.	Consumidores		
	<p>4.1 Os consumidores são orientados a consumir, manusear ou utilizar corretamente os produtos fornecidos?</p> <p>4.2 Há políticas de pós-consumo dos produtos oferecidos pela companhia, como logística reversa?</p> <p>4.3 Há um departamento próprio na empresa para acompanhar tais ações de apoio ao consumidor?</p>		
5.	Políticas Ambientais		
	<p>5.1 Há participação conjunta de outros setores da sociedade nos projetos ambientais da empresa?</p> <p>5.2 Há divulgação desses projetos aos empregados?</p> <p>5.3 Há incentivos à participação dos empregados e da comunidade em que a empresa projeta tais ações?</p>		
6.	Relação com o Estado		
	<p>6.1 A empresa fomenta troca de informações com o Estado?</p> <p>6.2 Os projetos da empresa, quando afetam a comunidade, têm a análise e o auxílio dos órgãos competentes do Estado?</p> <p>6.3 Busca-se apoio do Estado na execução de projetos com a comunidade em que ela está inserida?</p>		

7.	Sociedade em geral		
	7.1 Há uma relação transparente com líderes comunitários onde a empresa está localizada? 7.2 Há programas de opinião sobre como a empresa é vista pela sociedade? 7.3 Há um setor da empresa responsável pelo tratamento dessas informações?		
8.	Programas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Interno e Externo		
	8.1 Há algum tipo de logística reversa em seus produtos/serviços? 8.2 A empresa fomenta pesquisa para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos nessas áreas? 8.3 Incentiva-se a participação dos públicos interno e externo da companhia nesses projetos?		
9.	Certificações Nacionais		
	9.1 ISO 9001 e/ou 14001 – Sistema de Gestão de Qualidade em Ambientes de Produção e Norma de Gestão Ambiental em Ambientes de Produção, respectivamente. 9.2 ABNT NBR 16001 – Certificação de Responsabilidade Social integrada à gestão organizacional. 9.3 Empresa Cidadã – Certificado de confiabilidade nos balanços contábeis e sociais.		
10.	Certificações Internacionais		
	10.1 SA 8000 – Respeito aos Direitos Humanos. 10.2 AS 8003 – Implantação de RSE junto a políticas organizacionais. 10.3 ISO 14064/65 – Diretrizes para Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).		

0 - 3	Vermelho – Situação crítica em relação a políticas de sustentabilidade e Responsabilidade Social.
4 - 6	Amarelo – Consolidação de políticas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.
7 - 8	Azul – Aperfeiçoamento de políticas empresariais para Sustentabilidade e Responsabilidade Social.
9 - 10	Verde – Possui um ótimo processo de Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Apta a receber a denominação de Empresa com Ecofilosofia Empresarial.

FONTE: Os autores (2012)

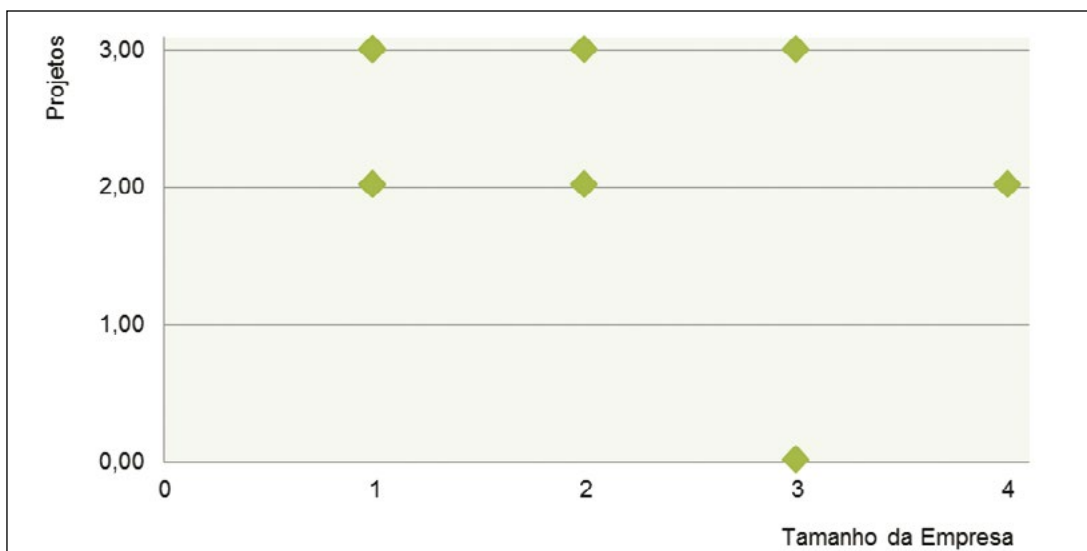
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O questionário foi enviado a empresas que possuem operações ou instalações na região de Curitiba, Paraná. A nota recomendável é 5,0, fase de consolidação de políticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Onze companhias responderam ao questionário, sendo dos seguintes setores produtivos:

1ª	Papel e celulose
2ª	Serviços de alimentação
3ª	Educação
4ª	Eletrrodomésticos
5ª	Automação comercial
6ª	Alimentos e bebidas
7ª	Componentes automotivos
8ª	Construção civil
9ª	Higiene pessoal
10ª	Produtos de beleza
11ª	Produtos em madeira

Há políticas empresariais mais relevantes à institucionalização da sustentabilidade e responsabilidade social nas empresas, pois estas afetam diretamente o modelo de negócios delas. Os gráficos a seguir destacam alguns dos temas mais relevantes para a efetivação desses projetos às empresas que almejam ser mais responsáveis ambiental e socialmente.

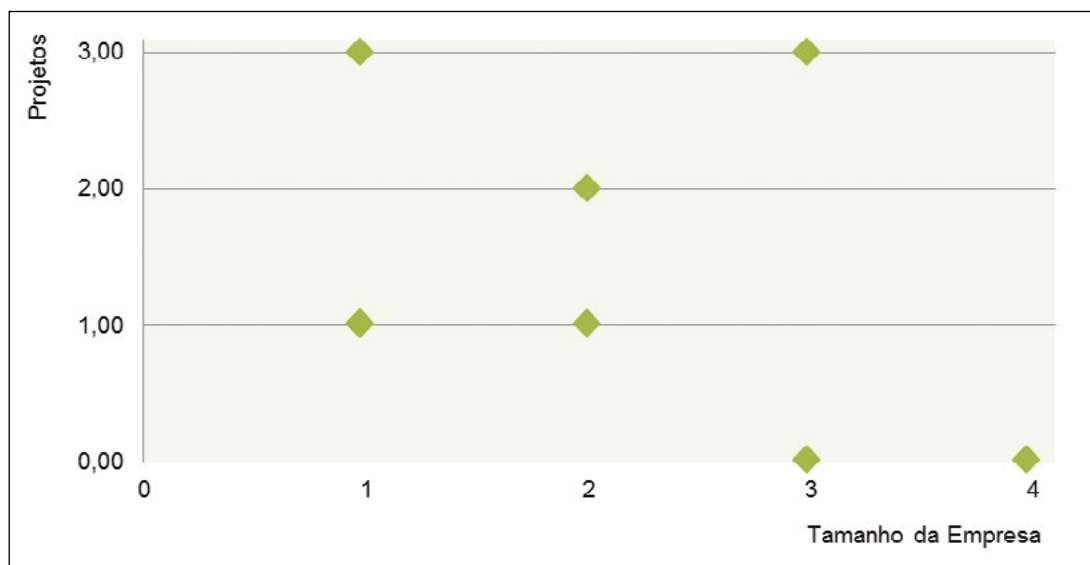
GRÁFICO 2 – Programas para a governança corporativa



FONTE: Os autores (2012)

O GRÁF. 2 expõe uma governança corporativa já bem estabelecida. Das empresas pesquisadas, 37% assinalaram ter dois programas voltados ao tema e 55%, três. Isso expressa o comprometimento das organizações na definição dos objetivos empresariais. 67% das empresas afirmaram ter um código de ética e divulgar a missão, visão e valores da empresa, formalmente, aos empregados.

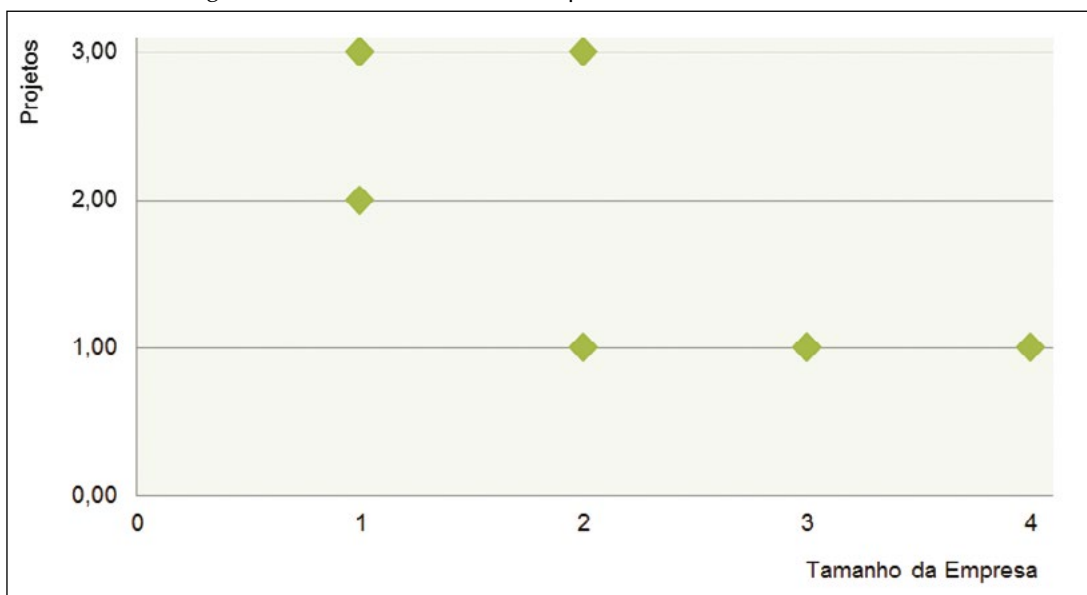
GRÁFICO 3 – Programas para a sociedade em geral



FONTE: Os autores (2012)

Das empresas pesquisadas, 18% possuem três programas voltados à melhor relação com a sociedade em geral. Revela-se isso porque é essencial às empresas conhecer de que maneira suas atividades impactam nas comunidades vizinhas. 45% das empresas que responderam à pesquisa têm um programa voltado à sociedade em geral, e 82% delas assinalaram que possuem um programa voltado à construção de uma relação transparente com os líderes das comunidades vizinhas à empresa.

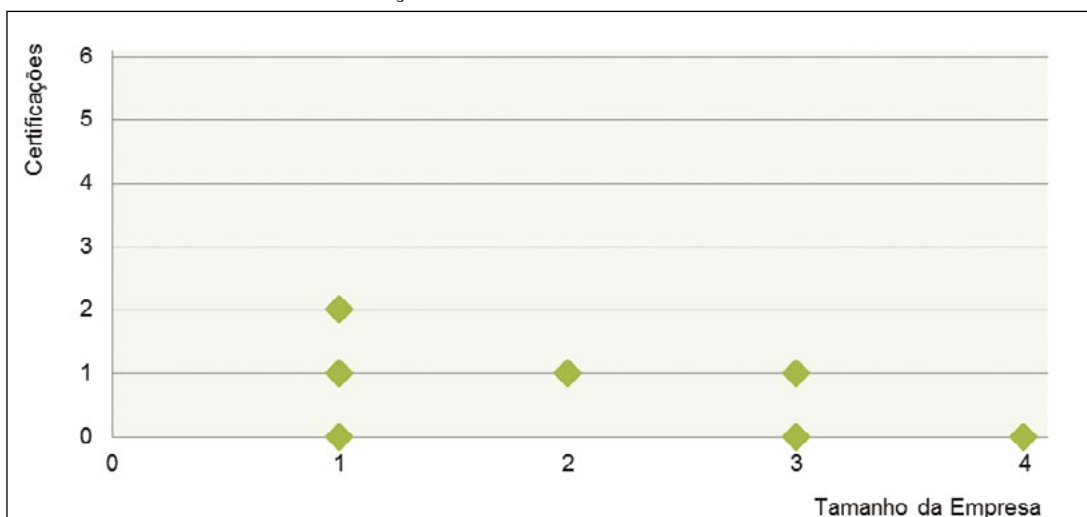
GRÁFICO 3 – Programas de sustentabilidade e responsabilidade social interno e externo



FONTE: Os autores (2012)

Nota-se que 55% das companhias assinalaram ter institucionalizado até três programas. Isso demonstra o compromisso já firmado entre a maioria das organizações. Releva-se, também, que 82% possuem programas de logística reversa.

GRÁFICO 4 – Número de certificações nacionais e internacionais



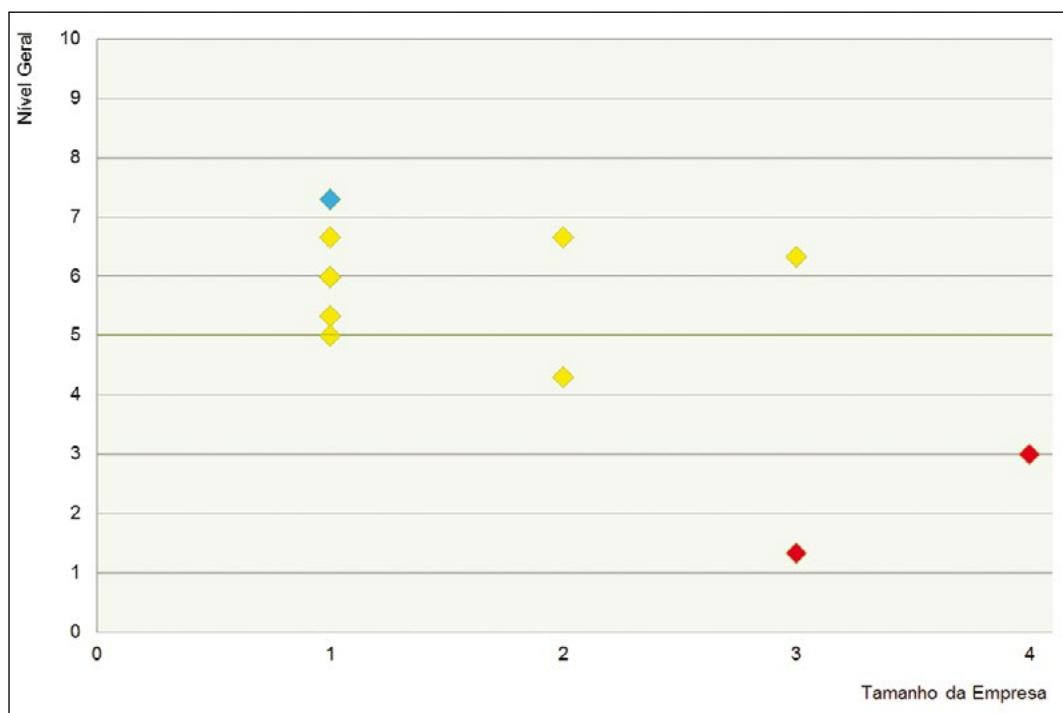
FONTE: Os autores (2012)

Nas certificações nacionais e internacionais, 45% das companhias apresentaram, pelo menos, um certificado ou selo. Disso, 64% das empresas possuem pelo menos o selo ISO 9001 ou ISO 14001. Apenas duas empresas (18%) têm alguma certificação a mais, aqui, trata-se da ISO 14065.

As certificações têm um cunho, hoje, mais mercadológico. Todavia, elas expressam certo nível de comprometimento da organização para algumas responsabilidades (cf. ASHLEY, 2005).

A presença ou ausência de determinadas políticas organizacionais não são necessariamente um bloqueio para que as empresas tenham um bom nível de sustentabilidade e responsabilidade social.

GRÁFICO 5 – Nível de sustentabilidade e responsabilidade social



FONTE: Os autores (2012)

Os pontos em amarelo, no gráfico, representam as empresas que têm projetos para a sustentabilidade e responsabilidade social em fase de consolidação. Das demais, uma está no estágio de aperfeiçoamento (azul) e duas, no crítico (vermelho). Das grandes empresas, 100% estão no estágio de consolidação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aferir um conceito suficientemente satisfatório para o que a sustentabilidade e a responsabilidade social hoje expressam para os negócios é árduo. As soluções para os desafios socioambientais deverão ter a participação das grandes empresas, pois são elas as que mais impactam na sociedade (BARBIERI, 2007).

O estudo objetivou confirmar a necessidade de implantar uma nova cultura organizacional que busque na sustentabilidade e responsabilidade social as respostas para os desafios das estratégias empresariais em um mundo com recursos naturais cada vez mais escassos. Esse é o alicerce do desenvolvimento sustentável: a busca do melhor uso dos recursos produtivos.

Determinar quais são as verdadeiras responsabilidades da empresa começa pela revisão do que é o negócio, os objetivos e as aspirações. A partir disso é que se pode iniciar tudo. Werbach (2010) ordena alguns passos para esse processo:

1. Repensar qual é o negócio da empresa, missão e visão;
2. Questionar onde é possível ser mais sustentável;
3. Envolver todos os *stakeholders* nesse processo;
4. Estabelecer uma troca de informação transparente em todas as futuras decisões da empresa a partir desse momento;
5. Começar pelo mais simples de ser implantado e executado;
6. Estabelecer metas tangíveis.

Os resultados e análises obtidos neste trabalho visam evidenciar a necessidade da busca pela ecofilosofia empresarial. Nesse desafio, as grandes empresas demonstraram estar mais bem preparadas. Esse fato é corroborado quando se vê que 55% das empresas pesquisadas são companhias grandes e que todas obtiveram notas dentro ou acima do recomendável pelo estudo. Há empresas médias e pequenas (18%) que obtiveram nota acima desse valor mínimo, mas a tendência parece ser que, realmente, as organizações menores apresentam um desempenho inferior às grandes do mercado. Pode-se afirmar isso devido a essas companhias não terem, talvez, a mesma quantidade e qualidade de recursos necessários para vencer nessa tarefa e desenvolver uma ecofilosofia empresarial em suas atividades.

REFERÊNCIAS

- AECIC. **Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.aecic.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- AMATO NETO, J. **Sustentabilidade & produção**. São Paulo: Atlas, 2011.
- ANÁLISE gestão ambiental: especial RIO+20, São Paulo, n. 34, 2012.
- ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARTA CAPITAL. **Na riqueza e na pobreza**. São Paulo, v. 22, n. 721, p. 42-44, out. 2012.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2011.
- GOMES, A.; MORETTI, S. **A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GUIA Exame de Sustentabilidade. **Exame**, São Paulo, n. especial, nov. 2012.
- GUIA SUSTENTABILIDADE: **Companhias que fazem bem às suas comunidades**. Florianópolis: Expressão, n. 157, set. 2012.
- HAANEAS, K. et al. **Quando a sustentabilidade dá lucro**. Harvard Business Review, Brasil, São Paulo, v. 91, n. 3, p. 77-81, mar. 2013.
- INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 1º nov. 2012.
- ISO 26000: diretrizes sobre responsabilidade social. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/>>. Acesso em: 05 abr. 2013.
- KREITLON, M. P. **McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: reflexões para o ensino e a pesquisa em RSE no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- LEITE, P. R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
- PEREIRA, A. L. et al. **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. (PNUMA). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: síntese para tomadores de decisão**. Disponível em: <<http://www.pnuma.org/>>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- RATTNER, H. **Uma ponte para a sociedade sustentável**. São Paulo: Senac, 2012.
- VALLE, C. Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. São Paulo: Senac, 2012.
- WERBACH, A. **Estratégia para sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

